

Raízes da Crise

“Qualquer plano de estabilização só será sustentável se for precedido de ajuste fiscal mínimo.” Repetida à exaustão, a frase circulou pelo país entre maio de 1993 – quando Fernando Henrique Cardoso assumiu o Ministério da Fazenda do governo Itamar Franco e começou a recrutar a equipe que preparou e executou o Plano Real – e o lançamento da nova moeda, em julho de 1994.

Essa e mais outras duas definições sempre foram sustentadas pelo chefe de sua assessoria econômica, o economista Edmar Bacha: “A estabilização é um processo demorado e precisa ser assegurado pelas reformas estruturais do Estado e da ordem econômica, mediante mudanças na Constituição” e “só será possível mexer no câmbio, sem risco de volta da inflação, depois de aprovadas as reformas e com o ajuste fiscal consolidado”. Elas são suficientes para avivar os antecedentes e as razões que viraram a economia brasileira de pernas para o ar, depois da liberação do câmbio em 15 de janeiro. O dólar já subiu desde então mais de 80%.

Chega a ser ingênua a esperança que boa parte do país – a começar pelo próprio governo – depositou na capacidade do novo presidente do Banco Central para conter a especulação contra o real e evitar a explosão inflacionária que, na esteira da disparada do dólar, se desenha no ar e ameaça a sobrevivência do Plano Real.

Armínio Fraga Neto, cujo nome deverá ser aprovado hoje no Senado para a presidência do Banco Central, juntamente com novos diretores, é exímio operador do mercado financeiro. Tanto que foi recrutado em 1993 pelo megaespeculador húngaro, naturalizado americano, George Soros, para administrar seu gigantesco fundo de investimento globalizado.

Mas o Banco Central do Brasil (ou qualquer Banco Central) não faz milagres. De direito, é o guardião da moeda. Mas só será capaz de defendê-la se contar com política fiscal capaz de lhe dar suporte. O Federal Reserve Bank – o banco central americano que só perde para o Bundesbank alemão em matéria de ortodoxia e independência, embora tenha muito maior poder de fogo – é um exemplo.

No governo Reagan, quando a política fiscal corria frouxa devido aos gastos com o programa Guerra nas Estrelas (que acuou a União Soviética e arruinou os países devedores no começo dos anos 80), o presidente do Fed, Paul Volcker, pôs os juros nas nuvens para evitar uma explosão inflacionária nos Estados Unidos. A inflação chegou a bater em 14%.

Volcker tinha completa independência em relação ao Executivo (o mandato do presidente do Fed, aprovado pelo Congresso, é de sete anos, renovável por mais sete) e até mesmo liberdade perante o Congresso para executar sua política. O máximo que tinha a fazer era se defender das críticas (ácidas, por sinal) que recebia quando comparecia para depor mensalmente (como faz agora Allan Greenspan) na Comissão de Assuntos Bancários do Senado ou numa comissão equivalente da Câmara.

Quando a política fiscal apresenta déficits sucessivos, o máximo que o Banco Central pode impedir é a disparada da inflação. Mas não evitaria a recessão ou o baixo crescimento determinados por uma política de *stop and go* em matéria de expansão do crédito.

O sucesso estrondoso do governo Clinton está diretamente ligado à sua capacidade de reduzir o déficit público (mais fácil depois que o fim da URSS reduziu significativamente os gastos militares). A redução contínua do déficit, que virou superávit depois de 30 anos, permitiu que os EUA experimentassem o mais longo período de crescimento econômico contínuo, com a inflação e os juros mais baixos do pós-guerra. O ajuste fiscal é a razão de terem os Estados Unidos o menor índice de desemprego em todo o mundo.

No Brasil, o Congresso que ouviu os líderes do governo pedirem durante o primeiro mandato de Fernando Henrique a aprovação das reformas para consolidar o Plano Real foi o mesmo que, apesar do momento delicadíssimo, comemorou ruidosamente a derrota da proposta do governo para aumentar a contribuição previdenciária dos servidores e de cobrar sobre os inativos (e também o mesmo que aprovou, um mês depois, sob a pressão do estrago feito pela desvalorização do real, as medidas que rejeitara em quatro votações anteriores).

O circo montado, sobretudo pela oposição, semana passada no Senado, durante a sabatina do presidente e dos diretores indicados para o Banco Central, é a expressão da irresponsabilidade nacional. Os mesmos políticos (com honrosas exceções) que não tiveram a coragem de aprovar as reformas a tempo de impedir que o Plano Real fizesse água depois que a âncora cambial foi levantada antes da hora apropriada – até porque defendiam a desvalorização do real como se fosse remédio indolor – agora querem posar de defensores da moeda à deriva.

O Brasil está sem crédito internacional até para financiar suas exportações (o que aliviaria a pressão sobre o câmbio) por sua única e exclusiva culpa. A verdade é que, depois de destruídos o Plano Real e a credibilidade do país e da moeda nacional, ninguém quer agora assumir a responsabilidade pelo risco eminente da volta da inflação.

O Banco Central só terá poder para defender o real se tiver um mínimo de independência (com diretores com mandato fixo, como nos EUA, reportando-se ao Congresso só em datas previamente marcadas), se deixar, definitivamente, como determina a Constituição, de financiar o Tesouro (possível por meio das operações de compra e venda de títulos no mercado aberto) e se o Brasil tiver sólida política fiscal.

Aí a inflação, os juros e a cotação do dólar cairão naturalmente, porque o país terá recuperado a credibilidade internacional. Antes, não adianta apresentar o FMI no papel de bode expiatório. A solução é possível: depende exclusivamente da vontade política do Congresso, em sintonia com o governo federal e os governadores.